

Parecer nº 100/99

Data: 1999.06.30

Processo nº 636

Reclamante: Eleitos do CDS-PP – da Assembleia Municipal

Entidade reclamada: Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e
Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e
Arqueologia.

1. Por carta datada de 15 de Junho, corrente, os eleitos do CDS-PP da Assembleia Municipal de Viana do Castelo dirigiram-se à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), no sentido desta providenciar, nos termos do artigo 15º e alíneas do seu nº 1, da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), para que as entidades reclamadas dêem “rigoroso cumprimento e oportuna resposta ...” às suas solicitações não atendidas, facto que entendemos como reclamação por indeferimento tácito, nos termos do nº 3, do artigo 15º, já citado, em conformidade com o nº 1, do artigo 16º, da mesma Lei, posto que assim não fundamentado.
2. A reclamação em causa constitui-se, com referência às duas entidades, do seguinte modo:
 - 2.1. Contra o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, pelo não acesso, por consulta aos “documentos e informações sobre a obra projectada do Parque de Estacionamento da Avenida dos Combatentes ...”, a saber:

“1 - projecto, memória descritiva e justificativa da empreitada da obra, de execução do parque de estacionamento e provável ligação ao denominado interface (de transportes);

- 2 - caderno de encargos que serviu de base ao concurso;
- 3 - contrato de empreitada celebrado com a firma adjudicatária;
- 4 - todas as deliberações tomadas pelo Executivo Municipal e todos os despachos proferidos pelo Sr. Presidente da Câmara ou por Vereador com delegação de poderes que tenham recaído sobre a obra projectada e bem ainda os pareceres que a este propósito outras entidades hajam emitido em matéria das suas legais atribuições;"

Os reclamantes solicitavam ainda indicação do dia e hora para possibilidade da consulta requerida.

2.2. Contra o Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAA), pela não prestação de informações do seguinte teor:

- "1 - se os serviços camarários estão obrigados a promover a intervenção do Ministério da Cultura ou do IPPAA, para obter a aprovação do projecto; e, se a tal estão obrigados, em que data é que obtiveram tal aprovação e qual é o seu conteúdo;
- 2 - na medida em que se trata de um grande empreendimento público que envolve significa transformação da topografia local, bem como do leito ou subsolo de águas, desejamos saber se **foram previstos os meios orçamentais necessários para a realização dos trabalhos de prospecção e eventuais salvamentos que, na sequência de projectos específicos aprovados pelos serviços competentes do Ministério da Cultura ou do IPPAA, se julguem necessários** (Lei nº 13/85, de 6 de Julho, artigo 41º, nº 2);"

3. Considerando o pedido, a qualquer uma das entidades reclamadas, e as competências dos próprios reclamantes, eleitos locais membros de uma assembleia municipal, com prerrogativas específicas quanto à sua actividade

enquanto parte de um órgão, nomeadamente fiscalizador das actividades do executivo municipal (cfr. alíneas *c)* a *e)* do nº 1, entre outras, e alínea *d)* do nº 2 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29/03, com as diversas alterações introduzidas; tendo ainda em consideração o artigo 4º da Lei nº 29/87, de 30 de Junho, com as alterações de que beneficiou, quanto aos deveres dos eleitos locais) ; considerando o tipo de documentos que eram objecto de pedido de consulta, entende-se que, qualquer um dos citados no ponto 2 se insere no âmbito exclusivo do disposto na alínea *a)* do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – LADA, ou seja de documentos administrativos, porquanto não se apresentam, em qualquer circunstancia, como documentos nominativos ou de dados pessoais, tal como os caracterizam as alíneas *b)* e *c)* do nº 1 do mesmo preceito legal e, portanto, acessíveis nos termos do nº 1 do artigo 7º daquela Lei.

4. Assim, não se encontra razão para a falta de resposta da Câmara Municipal de Viana do Castelo, no sentido positivo de satisfação do interesse demonstrado.
5. No mesmo sentido quanto à reclamação formulada quanto à segunda entidade reclamada.

Efectivamente o nº 6 do artigo 2º da Lei nº 28/81, de 30/06 (Estatuto dos Eleitos Locais), estabelece que “todas as entidades públicas e privadas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com eleitos locais no exercício das suas funções”, podendo admitir-se que o pedido de informação dos reclamantes tem uma relação directa com a sua actividade enquanto membros de um órgão municipal.

Por sua vez, o conhecimento das informações solicitadas não põe em causa quaisquer segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, a que alude o nº 1 do artigo 10º da LADA, visto estarem limitadas ao conhecimento de obrigações eventuais entre a Câmara e o IPPAA, para a aprovação do projecto, data e aprovação e seu conteúdo, “ a previsão de meios orçamentais necessários para a realização dos trabalhos de prospecção e eventuais salvamentos, que se

julgam necessários”, que nada tem que ver com eventual protecção de qualquer empresa adjudicatária, aliás, nunca identificada.

6. Assim, considerando as competências próprias da assembleia municipal ou dos seus membros, individual ou colectivamente, não se observam razões que impeçam o acesso pelos mesmos aos documentos que se referem à obra projectada do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Avenida dos Combatentes, requeridos à Câmara Municipal, ou às informações que ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico foram solicitadas, única forma dos reclamantes se poderem pronunciar adequadamente, se for o caso, no âmbito das suas competências específicas, no seio do órgão a que pertencem.
7. Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, no âmbito das suas competências expressas no disposto na alínea *b)* do artigo 20º da LADA e alínea *a)* do artigo 2º do seu Regulamento Interno, delibera o seguinte:

Os reclamantes têm direito de acesso à documentação solicitada à Câmara Municipal de Viana do Castelo, pela forma requerida ou por qualquer outra, nos termos do artigo 12º da LADA, e, bem assim, às informações pedidas ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, de acordo com o que antecede nos pontos antecedentes deste parecer.

Transmitam-se os termos do parecer aos reclamantes e às entidades reclamadas.

Lisboa, 30 de Junho de 1999.

Francisco de Brito (Relator) – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Vasco Almeida* –
José Renato Gonçalves – *Castro Martins* (Presidente)